

TRABALHO COLABORATIVO DE AUTORIA NO CICLO AUTORAL: INSTITUCIONALIZAÇÃO, AVANÇOS E DESAFIOS (2014 – 2025)

Leocádio Bibiano Barreto 

Resumo

O Trabalho Colaborativo de Autoria, como prática pedagógica, busca articular a dimensão curricular à formação cidadã, promovendo práticas educativas que valorizam a autoria, a reflexão crítica e a intervenção social. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é mapear e analisar os documentos normativos e pedagógicos que fundamentam essa abordagem, buscando compreender como a proposta se institucionalizou ao longo do tempo, bem como identificar continuidades, avanços e desafios. Para tal, empregou-se uma pesquisa documental, de natureza qualitativa e analítica. O corpus documental foi constituído exclusivamente por publicações da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, entre os anos de 2014 e 2025, incluindo notas técnicas, portarias, planos de navegação, instruções normativas e versões curriculares. Os resultados da pesquisa demonstram que o Trabalho Colaborativo de Autoria experimentou um processo de consolidação progressiva, sendo continuamente atualizado por instruções normativas recentes. Este arcabouço normativo-pedagógico não somente assegura a continuidade da proposta, mas também evidencia o empenho da rede de ensino em articular a dimensão curricular com a formação cidadã e a produção de práticas educativas. Em suma, o estudo conclui que, na última década, o Trabalho Colaborativo de Autoria estabilizou-se como um eixo estruturante do Ciclo Autoral e tenta se afirmar como um espaço para o protagonismo, a autoria e a intervenção social dos estudantes. Não obstante, persistem desafios para a plena efetivação da proposta nas práticas escolares vigentes, demandando formação docente continuada, adequação de condições pedagógicas e o fortalecimento das diretrizes institucionais.

Palavras-chave: Protagonismo Juvenil; Reflexão Crítica; Participação Cidadã; Intervenção Social.

COLLABORATIVE AUTHORSHIP IN THE AUTHORIAL CYCLE: INSTITUTIONALIZATION, ADVANCES, AND CHALLENGES (2014–2025)

Abstract

Collaborative Authorship, as a pedagogical practice, seeks to link the curriculum to citizenship education, promoting educational practices that value authorship, critical reflection, and social intervention. In this sense, the objective of this

¹ Mestre em Ensino de Ciências e Matemática Instituto Federal de São Paulo (IFSP). Trabalha na Secretaria Municipal de Educação (SME) de São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: lbb_lbb@hotmail.com



study is to map and analyze the normative and pedagogical documents that underpin this approach, seeking to understand how the proposal has become institutionalized over time, as well as to identify continuities, advances, and challenges. To this end, qualitative and analytical documentary research was employed. The documentary corpus consisted exclusively of publications by the São Paulo Municipal Education Secretariat between 2014 and 2025, including technical notes, ordinances, navigation plans, normative instructions, and curriculum versions. The results of the research show that Collaborative Authorship Work has undergone a process of progressive consolidation, being continuously updated by recent normative instructions. This normative-pedagogical framework not only ensures the continuity of the proposal but also highlights the commitment of the education network to articulating the curricular dimension with citizenship training and the production of educational practices. In short, the study concludes that, in the last decade, Collaborative Authoring Work has stabilized as a structuring axis of the Authoring Cycle and attempts to assert itself as a space for student leadership, authorship, and social intervention. Nevertheless, challenges remain for the full implementation of the proposal in current school practices, requiring continuing teacher training, adaptation of pedagogical conditions, and strengthening of institutional guidelines.

Keywords: Youth Leadership; Critical Reflection; Citizen Participation; Social Intervention.

TRABAJO COLABORATIVO DE AUTORÍA EN EL CICLO AUTORAL: INSTITUCIONALIZACIÓN, AVANCES Y RETOS (2014-2025)

Resumen

El Trabajo Colaborativo de Autoría, como práctica pedagógica, busca articular la dimensión curricular con la formación ciudadana, promoviendo prácticas educativas que valoran la autoría, la reflexión crítica y la intervención social. En este sentido, el objetivo de este estudio es mapear y analizar los documentos normativos y pedagógicos que fundamentan este enfoque, buscando comprender cómo se institucionalizó la propuesta a lo largo del tiempo, así como identificar continuidades, avances y desafíos. Para ello, se utilizó una investigación documental, de naturaleza cualitativa y analítica. El corpus documental se compuso exclusivamente de publicaciones de la Secretaría Municipal de Educación de São Paulo, entre los años 2014 y 2025, incluyendo notas técnicas, decretos, planes de navegación, instrucciones normativas y versiones curriculares. Los resultados de la investigación demuestran que el Trabajo Colaborativo de Autoría experimentó un proceso de consolidación progresiva, siendo continuamente actualizado por instrucciones normativas recientes. Este marco normativo-pedagógico no solo garantiza la continuidad de la propuesta, sino que también evidencia el compromiso de la red de enseñanza



en articular la dimensión curricular con la formación ciudadana y la producción de prácticas educativas. En resumen, el estudio concluye que, en la última década, el Trabajo Colaborativo de Autoría se ha consolidado como un eje estructurante del Ciclo de Autoría y trata de afirmarse como un espacio para el protagonismo, la autoría y la intervención social de los estudiantes. No obstante, persisten los retos para la plena efectividad de la propuesta en las prácticas escolares vigentes, lo que exige la formación continua del profesorado, la adecuación de las condiciones pedagógicas y el fortalecimiento de las directrices institucionales.

Palavras clave: Protagonismo juvenil; Reflexión crítica; Participación ciudadana; Intervención social.

1. Introdução

A Rede Municipal de Ensino de São Paulo apresenta uma organização curricular estruturada em três ciclos formativos, a saber: Ciclo de Alfabetização (1º ao 3º ano), Ciclo Interdisciplinar (4º ao 6º ano) e Ciclo Autoral (7º ao 9º ano), conforme estabelecido no Currículo da Cidade (São Paulo, 2019a). Este último é marcado pela ênfase no protagonismo dos estudantes, na autoria e na construção coletiva do conhecimento, em consonância com diretrizes que valorizam a formação crítica, investigativa e autônoma.

Tais diretrizes buscam articular a dimensão curricular à formação cidadã, promovendo práticas educativas emancipatórias que valorizam o protagonismo, a reflexão crítica e a intervenção social, tendo como eixo estruturante o Trabalho Colaborativo de Autoria. Dessa forma, a proposta emerge como prática pedagógica que visa articular saberes, experiências e investigações, promovendo a autoria discente em diálogo com docentes e pares.

Desde 2014, instrumentos normativos e documentos pedagógicos têm buscado consolidar essa proposta, resultando em um processo de institucionalização contínua que alcança atualizações recentes em 2025. Ao longo dessa década, a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME-SP) publicou diferentes instrumentos com o intuito de orientar, sistematizar e aperfeiçoar a proposta pedagógica.

Entre as publicações institucionais, destacam-se aquelas destinadas à proposta, são elas: Nota Técnica SME n.º 6 do Programa Mais Educação São Paulo (São Paulo, 2014a), os Planos de Navegação do Autor (São Paulo, 2014b; 2014c), a Portaria SME n.º 6.571 (São Paulo, 2014d), o Currículo da Cidade: Ensino Fundamental e a Matriz de Saberes (São Paulo, 2019a; 2019b), as Instruções Normativas SME n.º 46, n.º 03 e n.º 02 (São Paulo, 2019c; 2024a; 2025), além do documento mais recente, como o Trabalho Colaborativo de Autoria (São Paulo, 2024b). Essas produções configuram um arcabouço normativo-pedagógico que fundamenta e orienta a ação docente e discente no Ciclo Autoral.



Dessa forma, considerando a relevância dada a essa política pública educacional, torna-se necessário mapear e analisar tais instrumentos para compreender como o Trabalho Colaborativo de Autoria no Ciclo Autoral vem sendo configurado ao longo do tempo, evidenciando continuidades, avanços e desafios. Para tal propósito, empregou-se uma pesquisa documental, de natureza qualitativa e analítica, sobre o Trabalho Colaborativo de Autoria no Ciclo Autoral na Rede Municipal de Ensino paulista, tomando como corpus exclusivo os documentos normativos e pedagógicos, publicados entre 2014 e 2025, que tratam sobre o tema.

2. Referencial teórico

Conforme disposto na Nota Técnica n.º 6 do Programa Mais Educação São Paulo (São Paulo, 2014a), o Ciclo Autoral compreende os três últimos anos do ensino fundamental (7º, 8º e 9º), sendo uma etapa formativa orientada pela constituição de conhecimentos articulados à realidade social dos estudantes. As projeções curriculares comprometidas com a intervenção social encontram sua materialização no Trabalho Colaborativo de Autoria. A proposta é concebida e desenvolvida pelo estudante, sob o acompanhamento sistemático do docente orientador, que assume o papel de mediador no processo formativo e de construção de autoria.

A concepção pedagógica delineada no Plano de Navegação do Autor: caderno do aluno (São Paulo, 2014b) postula que o Ciclo Autoral se configura como um ambiente formativo propício ao desenvolvimento de competências reflexivas e proposicionais. O processo educacional, neste paradigma, transcende a mera acumulação de conhecimento disciplinar, visando capacitar o estudante a mobilizar saberes escolares e experiências vitais para a elaboração e execução de projetos que promovam a melhoria de sua realidade imediata (territorial) ou global (sociedade). Tal perspectiva realça o protagonismo discente e revela a articulação intrínseca entre conhecimento formal e vivências, sublinhando a relevância de práticas educativas que estimulem a autoria, o pensamento crítico e o engajamento cívico.

Complementarmente, o Plano de Navegação do Autor: caderno do professor (São Paulo, 2014c) corrobora com essa abordagem, enfatizando a centralidade das atividades pedagógicas por projetos curriculares como a espinha dorsal desta fase. A orientação é direcionada a uma atuação sistemática e intencionalmente comprometida com a intervenção social, demandando a superação de abordagens de cunho meramente tecnicista e mnemônica. Propõe-se, então, a adoção de práticas educativas contextualizadas, transformadoras e engajadoras, que não somente validem o conhecimento como ferramenta de análise, mas, também, como instrumento de transformação da realidade.

A Portaria SME n.º 6.571 (São Paulo, 2014d) representa um ideal normativo importante para a organização curricular da Rede Municipal de Ensino, ao regulamentar o Ciclo Autoral e instituir o Trabalho Colaborativo de Autoria como um de seus eixos estruturantes. A referida portaria estabelece que o trabalho colaborativo autoral deve ser entendido como prática pedagógica



investigativa, voltada à construção de conhecimento a partir de situações-problema significativas, em diálogo com os interesses pessoais e repertórios socioculturais dos estudantes. Tornando-se, portanto, um espaço de autoria estudantil, onde os sujeitos elaboram projetos de intervenção colaborativa, mobilizando saberes escolares e comunitários. Um processo orientado por docentes, que acompanham sistematicamente a produção dos estudantes, garantindo mediação teórico-metodológica e articulação interdisciplinar.

Mais adiante, o Currículo da Cidade (São Paulo, 2019a) reafirma a centralidade do Trabalho Colaborativo de Autoria como proposta de ampliação e qualificação dos saberes dos estudantes, possibilitando-lhes interpretar a realidade, explicitar suas contradições e propor caminhos para superação. Nessa proposta, o desenvolvimento das capacidades de busca, análise, argumentação e sistematização é entendido como fundamento para a construção de sujeitos críticos, autônomos e com potencial de intervir na sociedade. Essa perspectiva se constitui como prática de ação protagonista, investigativa e interdisciplinar, comprometida com a formação cidadã. O currículo, então, acolhe e amplia tais diretrizes ao enfatizar que autoria, protagonismo e colaboração são princípios metodológicos que favorecem a articulação entre saber escolar e experiências vitais e estimulam ambientações socioculturais, possibilitando aos estudantes problematizar a realidade e produzir novos conhecimentos.

A Matriz de Saberes (São Paulo, 2019b) constitui um arcabouço teórico-metodológico fundamental no Currículo da Cidade (São Paulo, 2019a), servindo como pilar que orienta e organiza o trabalho pedagógico na Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Diferenciando-se de um arquétipo curricular enrijecido que se restringe a um compêndio de conteúdos a serem ensinados, a matriz postula uma abordagem complexa e integrada para a construção de saberes. Sua principal finalidade é promover a articulação epistemológica entre os diversos campos do saber — tais como o conhecimento científico, cultural, histórico e social — com as experiências vitais e a realidade local dos estudantes. Isto é, ao invés de compartmentalizar o aprendizado em disciplinas isoladas, a matriz propõe que o conhecimento seja construído crítica e transversalmente, partindo de questões significativas e alinhado a propostas colaborativas que se conectam ao contexto de sua realidade.

A Instrução Normativa SME n.º 46 (São Paulo, 2019c) estabelece que a proposta do Ciclo Autoral busca mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes sistematizados na Matriz de Saberes (São Paulo, 2019b). Fundamenta-se em práticas e desafios da contemporaneidade e nas especificidades territoriais que atravessam a Rede Municipal de Ensino. O documento reforça ainda que o Trabalho Colaborativo de Autoria deve orientar-se por três princípios formativos essenciais, são eles: (I) a reflexão do estudante sobre si, em interlocução com o outro e com a comunidade; (II) a construção de projetos vitais como prática de autoria e afirmação subjetiva; e (III) a aplicação concreta de competências desenvolvidas ao longo dos ciclos, de modo a favorecer a intervenção crítica na realidade. Tais orientações revelam e ampliam o sentido formativo da proposta, enquanto reafirmam o papel dado a escola como espaço de produção de



conhecimento, diálogo intercultural e protagonismo discente, articulando as dimensões cognitivas, sociais e éticas da aprendizagem.

A Instrução Normativa SME n.º 03 (São Paulo, 2024a) reconfigura o Programa Aprender e Ensinar no Ensino Fundamental (São Paulo, 2022) e reafirma a posição cêntrica do trabalho colaborativo autoral como articulador de ações pedagógicas no âmbito do Ciclo Autoral. O documento evidencia sua função integradora, encadeando os componentes curriculares em torno de temáticas pessoais, sociais, éticas, culturais e territoriais. Adicionalmente, enfatiza a promoção da autonomia, da autoria e da criticidade dos estudantes, mobilizando-os para a participação ativa em propostas de intervenção social que se fundamentam em sua realidade contextual.

A publicação do documento Trabalho Colaborativo de Autoria (São Paulo, 2024b), instrumento pedagógico recente e derivado da Instrução Normativa supracitada (São Paulo, 2024a), reforça o compromisso com a educação escolar sob uma perspectiva de desenvolvimento integral. Reconhece que a prática colaborativa contribui, sem obstáculos, para a formação do sujeito em suas múltiplas dimensões — intelectual, física, emocional, social, ética e cultural —, possibilitando o alcance de novas potencialidades. Nesse sentido, a proposta se estabelece como estratégia formativa substancial para a sistematização de percursos que promovem o desenvolvimento integral, ao articular as dimensões subjetivas e coletivas, cognitivas e afetivas, bem como os espaços escolares e comunitários.

Mais recentemente, a Instrução Normativa SME n.º 02 (São Paulo, 2025) consolida o entendimento do Trabalho Colaborativo de Autoria como uma prática que fomenta a reflexão crítica, o protagonismo juvenil e a participação cidadã. Destaca, ainda, sua função de articular saberes escolares e comunitários, integrando diversas perspectivas na promoção da interdisciplinaridade, inclusão e diversidade. O documento certifica a proposta como um espaço pedagógico no qual o estudante manifesta seu amadurecimento pessoal e coletivo por meio de ações que legitimam sua voz, vivência e inserção social.

3. Processo Metodológico

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa documental, de natureza qualitativa e analítica, voltada ao mapeamento e análise de documentos normativos e pedagógicos que orientam as ações que se destinam a prática educativa do Trabalho Colaborativo de Autoria no Ciclo Autoral da Rede Municipal de Ensino de São Paulo.

Segundo Cellard (2014, p. 295), a análise documental, seja qualitativa ou quantitativa, apresenta vantagens significativas para o pesquisador, ao favorecer a observação do processo de maturação e evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades e práticas. Para o autor, “[...] o documento permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social [...], bem como o de sua gênese até os nossos dias”.



Dessa forma, a escolha por esse tipo de investigação justifica-se pela necessidade de entender e compreender, de forma sistematizada, como o Trabalho Colaborativo de Autoria foi edificado, redefinido e atualizado ao longo da última década. O corpus documental foi delimitado sequencialmente temporal e exclusivamente a instrumentos normativos e pedagógicos oficiais sobre o Trabalho Colaborativo de Autoria, publicados pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME-SP) entre 2014 e 2025, a saber: Nota Técnica n.º 6 do Programa Mais Educação São Paulo (2014a); Planos de Navegação do Autor: Caderno do Aluno (2014b); Planos de Navegação do Autor: Caderno do Professor (2014c); Portaria SME n.º 6.571 (2014d); Currículo da Cidade: Ensino Fundamental (2019a); Currículo da Cidade: Matriz de Saberes (2019b); Instrução Normativa SME n.º 46 (2019c); Instrução Normativa SME n.º 03 (2024a); documento pedagógico Trabalho Colaborativo de Autoria (2024b) e Instrução Normativa SME n.º 02 (2025).

O procedimento metodológico consistiu em três etapas, como sugerem Lüdke e André (2022). Sendo corporificado dessa forma: (1) Levantamento e organização dos documentos normativos e pedagógicos no recorte temporal definido (2014-2025); (2) Leitura exploratória e organização dos conteúdos, tomando como eixos analíticos: (a) concepção de Ciclo Autoral; (b) definição e objetivos do Trabalho Colaborativo de Autoria; (c) orientações pedagógicas e metodológicas; (d) princípios formativos e valores associados e (3) Análise crítico-interpretativa, buscando identificar continuidades, avanços e desafios, assim como possíveis alterações nas concepções que estruturam o Trabalho Colaborativo de Autoria no ciclo.

Com base nesse percurso, o estudo não pretende esgotar a discussão nem tão pouco fragilizar pesquisas anteriores, mas oferecer uma sistematização histórica e normativo-pedagógica sobre o tema, destacando seu papel enquanto política pública educacional e suas implicações para a constituição de práticas pedagógicas autorais e socialmente engajadas.

4. Resultados e discussões

Os dados obtidos por meio da realização da pesquisa foram organizados em três tópicos, a saber: Análise dos documentos normativos e pedagógicos; Atuação dos documentos no Trabalho Colaborativo de Autoria; e Pontos de Reflexão e Críticas; conforme apresentados na sequência.

4.1 Análise dos documentos normativos e pedagógicos

A análise das instruções normativas e documentos pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação (SME-SP) entre 2014 e 2025 evidencia um processo de fortalecimento e consolidação do Trabalho Colaborativo de Autoria como eixo estruturante da política educacional paulistana para os anos finais (7º, 8º e 9º) do ensino fundamental, como mostra, cronologicamente, o quadro (1):



Quadro 1: Trabalho Colaborativo de Autoria no Ciclo Autoral.

ANO	DOCUMENTO	PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES PARA O TRABALHO COLABORATIVO DE AUTORIA
2014a	Nota Técnica n.º 6 Programa Mais Educação São Paulo	Introdução do Ciclo Autoral. Definição do Trabalho Colaborativo de Autoria como prática formativa cêntrica. Foco em projetos autorais e intervenção social. Protagonismo estudantil.
2014b	Plano de Navegação do Autor: Caderno do Aluno	Orientações metodológicas para estudantes. Articulação entre saber escolar e experiências vitais. Incentivo à criação de projetos com impacto social.
2014c	Plano de Navegação do Autor: Caderno do Professor	Diretrizes para docentes. Valorização de práticas pedagógicas contextualizadas. Acompanhamento sistemático do Trabalho Colaborativo de Autoria. Rompimento com abordagens tecnicistas e mnemônicas.
2014d	Portaria SME n.º 6.571	Institui as Matrizes Curriculares para o ensino municipal. Caráter integrador para as diferentes áreas do conhecimento. Conexão entre as áreas do conhecimento por meio de projetos autorais.
2019a	Curriculum da Cidade: Ensino Fundamental	Consolidação do Ciclo Autoral. Expansão das capacidades de análise, argumentação e sistematização. Articulação entre currículo e realidade social.
2019b	Curriculum da Cidade: Matriz de Saberes	Estruturação de competências e habilidades. Integração interdisciplinar. Orientação para desenvolvimento crítico, autoral e social.
2019c	Instrução Normativa SME n.º 46	Três princípios formativos do Trabalho Colaborativo de Autoria: reflexão pessoal, autoria e ação comunitária. Construção de projetos vitais. Aplicação prática de competências. Reforço do acompanhamento docente.
2024a	Instrução Normativa SME n.º 03	Valorização do desenvolvimento integral. Trabalho Colaborativo de Autoria como prática interdisciplinar. Articulação entre escola, comunidade e território. Promoção de protagonismo e autoria.
2024b	Trabalho Colaborativo de Autoria	Articulação e integração das experiências e saberes dos estudantes e comunidades com o conhecimento historicamente acumulado. Relação entre todos os componentes curriculares e experiências pedagógicas vivenciadas ao longo da trajetória escolar.



		Embasar a problematização da realidade na busca por soluções ancoradas em desafios territoriais do mundo contemporâneo.
2025	Instrução Normativa SME n.º 02	Reforço do Trabalho Colaborativo de Autoria como prática de reflexão crítica, protagonismo juvenil e participação cidadã. Integração de múltiplas perspectivas. Promoção de diversidade, inclusão e interdisciplinaridade.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A Nota Técnica n.º 6 do Programa Mais Educação São Paulo (São Paulo, 2014a, p. 80), como marco inicial, delimita a intenção do Ciclo Autoral como uma etapa destinada à elaboração de projetos curriculares comprometidos com a intervenção social, estabelecendo o Trabalho Colaborativo de Autoria como prática formativa central. Nesse momento, a ênfase recai sobre a autoria e o protagonismo estudantil, acompanhados pelo professor orientador de projeto. Segundo a referida nota, o ciclo se caracteriza pela elaboração do conhecimento “[...] a partir de projetos curriculares comprometidos com a intervenção social e se concretiza com o Trabalho Colaborativo de Autoria (T.C.A.), elaborado pelo aluno e acompanhado sistematicamente pelo professor orientador de projeto”.

Na sequência, a Secretaria Municipal de Educação anuncia a publicação dos Planos de Navegação do Autor (São Paulo, 2014b; 2014c). São documentos que detalham percursos, metodologias e instrumentos para viabilizar o Trabalho Colaborativo de Autoria. Essas publicações pedagógicas oferecem caminhos metodológicos, sugestões de afazeres e diretrizes para edificação de projetos de autoria com enfoque em intervenções sociais.

O Caderno do Aluno (São Paulo, 2014b, p. 7) destaca a articulação entre saberes escolares e experiências de vida, orientando os estudantes a proporem soluções para realidades comunitárias e sociais. Dito isto, o caderno propõe “[...] criar condições para que se possa, a partir do que estuda na escola e do que aprende na vida, pensar e propor projetos para melhorar uma realidade, perto de você ou em qualquer parte do mundo”. Já o Caderno do Professor (São Paulo, 2014c, p. 11), este mais detalhado, reforça ainda mais a importância do uso de práticas pedagógicas contextualizadas, rompendo com abordagens tecnicistas e mnemônicas para valorizar o trabalho por projetos educacionais. Segundo o material, “a marca forte desta fase é o trabalho sistemático com a atividade em forma de projetos curriculares comprometidos com a intervenção social”.

Em seguida, a Portaria SME n.º 6.571 (São Paulo, 2014d), que representa um marco normativo decisivo na solidificação do Ciclo Autoral na Rede Municipal de Ensino de São Paulo. O documento institui as Matrizes Curriculares da rede e regulamenta a organização curricular em ciclos, estabelecendo assim um projeto educativo de caráter integrador entre as diferentes áreas do conhecimento. Tal perspectiva rompe com a tradicional fragmentação disciplinar e reforça a ideia de que a aprendizagem deve ser vivenciada por meio da interdisciplinaridade e



da contextualização, favorecendo a construção de sentidos e significados pelos estudantes.

Com a publicação do Currículo da Cidade (São Paulo, 2019a, p. 42-43), observa-se um movimento de sistematização da proposta. O instrumento amplia o entendimento do Ciclo Autoral como espaço de reflexão crítica, estimulando a análise de contradições sociais e a proposição de alternativas transformadoras. Assim, o ciclo visa, sobretudo, “[...] expandir e qualificar as capacidades de análise, argumentação e sistematização dos estudantes sobre questões sociais, culturais, históricas e ambientais”.

A inserção da Matriz de Saberes (São Paulo, 2019b) traz maior precisão quanto às competências a serem desenvolvidas no ciclo por meio do Currículo da Cidade (São Paulo, 2019a), atribuindo ao Trabalho Colaborativo de Autoria um papel integrador entre áreas do conhecimento e articulador das dimensões pessoal, social, ética e cultural dos estudantes. Permitindo-lhes interpretar a realidade, explicitar suas contradições e propor caminhos para superação.

A Instrução Normativa SME n.º 46 (São Paulo, 2019c) reitera e legitima, substancialmente, essa perspectiva trazida pela Matriz de Saberes (São Paulo, 2019b), ao explicitar três princípios fundamentais: (a) a reflexão do estudante sobre si e a comunidade; (b) a construção de projetos vitais como exercício de autoria e (c) a aplicação prática de competências. O documento destaca que o Trabalho Colaborativo de Autoria deve considerar três princípios formativos: (I) a reflexão do estudante sobre si que encontra o outro e a comunidade; (II) a construção de projetos vitais como exercício de autoria; e (III) a aplicação prática de competências adquiridas ao longo dos ciclos. Aqui, a proposta deixa de ser somente um “produto final” para ser compreendida como um processo formativo contínuo.

Nos anos recentes, os documentos normativos e pedagógicos reafirmam e ampliam a proposta. A Instrução Normativa SME n.º 03 (São Paulo, 2024a) e o documento Trabalho Colaborativo de Autoria (São Paulo, 2024b) introduzem a noção de desenvolvimento orientado numa perspectiva integral, reconhecendo a proposta como prática que mobiliza dimensões cognitivas, afetivas, sociais, éticas e culturais.

A Instrução Normativa SME n.º 03 (São Paulo, 2024a) fortalece a ação e o compromisso com a aprendizagem significativa e colaborativa, valores que sustentam o Trabalho Colaborativo de Autoria. Entretanto, há um tensionamento que requer observação: ao mesmo tempo em que garante diretrizes e materiais, pode engessar as práticas se os materiais e protocolos forem tratados enquanto normas e prescrições. O Trabalho Colaborativo de Autoria, por outro lado, exige abertura à investigação, autoria e flexibilidade curricular — dimensões que podem ser limitadas se prevalecer a lógica de padronização avaliativa.

O documento Trabalho Colaborativo de Autoria (São Paulo, 2024b) reacende essa prática como eixo estruturante do Ciclo Autoral, valorizando o estudante como sujeito ativo da aprendizagem e promovendo a articulação entre conhecimentos escolares e saberes do território. Entre seus avanços, destacam-se a perspectiva interdisciplinar, a centralidade da autoria e a avaliação



processual. Contudo, sua efetiva atuação depende de condições institucionais muitas vezes fragilizadas, como o tempo pedagógico, a formação docente e os espaços de planejamento coletivo. Assim, embora represente um avanço ao romper com o tradicional e propor uma aprendizagem significativa, colaborativa e crítica, o documento apresenta riscos de burocratização caso não seja proposto e sustentado por políticas de acompanhamento e pela escuta ativa e efetiva das comunidades escolares.

Nessa reformulação, tanto a Instrução Normativa SME n.º 03 (São Paulo, 2024a) quanto o documento pedagógico Trabalho Colaborativo de Autoria (São Paulo, 2024b) destacam a intencionalidade em articular, socialmente, currículo, território e comunidade como dimensões indissociáveis do processo formativo, elevando e valorizando o protagonismo estudantil em intervenções concretas. Em outras palavras, ambos suscitam o compromisso com o fortalecimento do protagonismo estudantil, concebido não somente como participação simbólica, mas como possibilidade concreta de intervenção na realidade social, de modo a produzir aprendizagens significativas e socialmente relevantes.

Por fim, a Instrução Normativa SME n.º 02 (São Paulo, 2025) consolida o percurso normativo ao afirmar o Trabalho Colaborativo de Autoria como prática de reflexão crítica, protagonismo juvenil e participação cidadã, reforçando sua função interdisciplinar e inclusiva no Ciclo Autoral. Essa normatividade enfatiza a diversidade, a valorização da voz do estudante e sua inserção social como princípios orientadores, aproximando a proposta de uma concepção de educação democrática e participativa. Tal perspectiva reitera a centralidade do estudante como sujeito histórico, capaz de agir e intervir em seu contexto e de construir conhecimentos socialmente significativos, ao mesmo tempo, evidenciando o compromisso da política educacional com práticas educativas que transcendam o caráter meramente escolar e dialoguem efetivamente com a realidade social.

4.2 Atuação dos documentos no Trabalho Colaborativo de Autoria

A análise crítica considerou três dimensões propedêuticas: a distribuição dos dados, os contrastes entre os indicadores e as implicações pedagógicas. Nesse sentido, os gráficos (1) e (2) apresentam níveis de apoio (aderência) dos documentos normativos e pedagógicos ao Trabalho Colaborativo de Autoria, classificados em uma escala que flutua entre 1 e 5.

O nível 1 (baixa aderência) deve surgir quando apontar distanciamentos e lacunas entre os instrumentos e a proposta, não oferecendo suporte claro ao desenvolvimento da prática autoral. O nível 3 (aderência moderada) é atribuído a outros marcos, sugerindo que, embora mencionem práticas colaborativas, não aprofundam ou detalham metodologias específicas para sua efetivação. Em relação ao nível 5 (alta aderência), aparece quando instrumentos e proposta indicam sucessivas aproximações com foco direto em sua institucionalização.

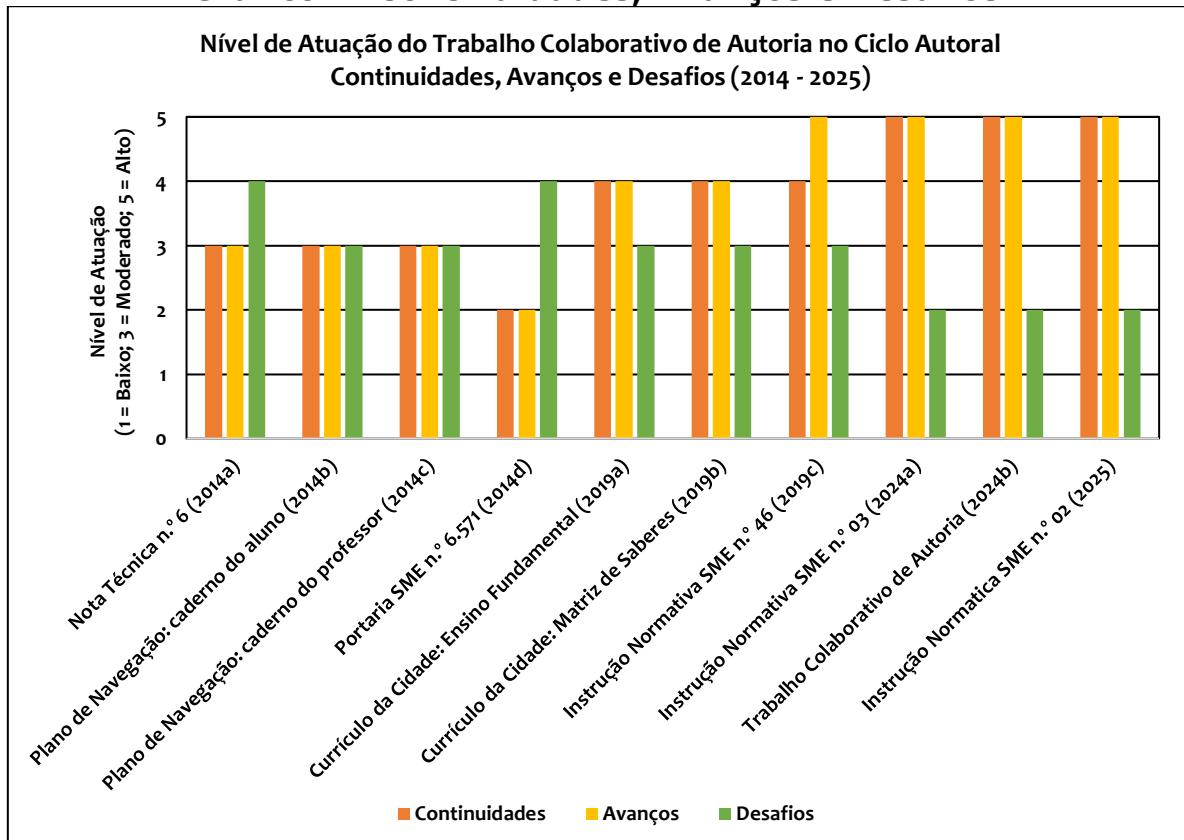
Esse panorama permite identificar, no interstício temporal de 2014 a 2025, não somente continuidades e avanços, mas também os desafios que se impõem à consolidação dessa prática no contexto da política educacional da



Rede Municipal de Ensino. Permite evidenciar, também, a desigualdade com que os instrumentos oficiais sustentam as ações voltadas ao Trabalho Colaborativo de Autoria, sugerindo, segundo Borges e Silva (2017), antever a necessidade de compreensão do mecanismo que liga o saber e o exercício de poder. Na qual ensinar e aprender configuram-se como processos interativos de produção de sentidos e transformação social (Freire, 2019).

O gráfico (1) mostra, por meio de indicadores de Continuidade, Avanços e Desafios, o nível de atuação (aderão) entre os documentos normativos e pedagógicos e a proposta do Trabalho Colaborativo de Autoria, a partir de 2014. A ilustração indica que a proposta não foi uma iniciativa efêmera, mas sim uma política educacional que foi consistentemente reafirmada e aprofundada ao longo de uma década por meio de diferentes documentos.

Gráfico 1: Continuidades, Avanços e Desafios.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A análise dos dados revela que a efetivação do Trabalho Colaborativo de Autoria nos documentos normativos e pedagógicos não se configura linearmente, mas marcada por avanços e oscilações ao longo do tempo. Nota-se que, embora parte significativa dos instrumentos apresente níveis médios e altos de aderência (3 a 5), revelando uma tendência de valorização institucional e educacional da autoria estudantil, ainda há registros de apoio somente moderado e até mesmo reduzido em determinadas diretrizes. Essa disparidade



evidencia que, enquanto alguns documentos normativos e pedagógicos incorporam o Trabalho Colaborativo de Autoria de forma explícita e sistemática, outros o fazem de modo somente tangencial, limitando-se a menções superficiais sem oferecer diretrizes metodológicas consistentes.

A Portaria SME nº 6.571 (São Paulo, 2014d) representa um marco relevante nesse processo, ao regulamentar a organização do Ciclo Autoral e conferir maior institucionalidade à proposta, garantindo espaço curricular específico para o desenvolvimento de práticas autorais. Da mesma forma, o Currículo da Cidade: Ensino Fundamental (São Paulo, 2019a) aprofunda esse movimento ao explicitar a centralidade da autoria e da intervenção social nos projetos vitais, fortalecendo a concepção de educação voltada à formação cidadã crítica e participativa. Em contrapartida, instrumentos como a Nota Técnica nº 6 do Programa Mais Educação São Paulo (São Paulo, 2014a) mencionam práticas colaborativas de maneira genérica, sem detalhar metodologias ou dispositivos pedagógicos capazes de assegurar a efetivação do Trabalho Colaborativo de Autoria no cotidiano escolar.

A assimetria observada entre os instrumentos revela simultaneamente os avanços institucionais no reconhecimento da autoria estudantil e as lacunas ainda presentes na consolidação de um referencial curricular integrado. Esse quadro impõe a necessidade de uma ação articuladora e de harmonização normativa, bem como de uma mediação docente crítica e intencional, a fim de que a proposta não permaneça restrita ao plano discursivo, mas se traduza e se materialize em experiências pedagógicas concretas, consistentes e socialmente relevantes.

Recentemente, a publicação do documento Trabalho Colaborativo de Autoria (São Paulo, 2024b) e da Instrução Normativa SME nº 2 (São Paulo, 2025) reafirma o compromisso da Rede Municipal de Ensino de São Paulo com metodologias participativas e autorais. Configura-se como um avanço em relação às orientações anteriores e como uma tentativa de consolidar a proposta no âmbito curricular e pedagógico. Tais instrumentos demonstram preocupação em ampliar o escopo das práticas educativas voltadas à autoria estudantil, ao enfatizar a centralidade do protagonismo discente, da produção coletiva de conhecimento e da intervenção social como eixos estruturantes do Ciclo Autoral.

Entretanto, ainda se evidencia a necessidade de maior detalhamento quanto à operacionalização da proposta em sala de aula, sobretudo no que se refere à definição de estratégias metodológicas, recursos avaliativos e formas de acompanhamento que assegurem a materialização do Trabalho Colaborativo de Autoria para além do plano normativo. Esse panorama revela que a política educacional referente à proposta encontra-se em processo de construção, reconstrução e disputa, marcada, de um lado, por iniciativas institucionais de fortalecimento da prática autoral e, de outro, por hiatos temporais que podem comprometer sua plena institucionalização.

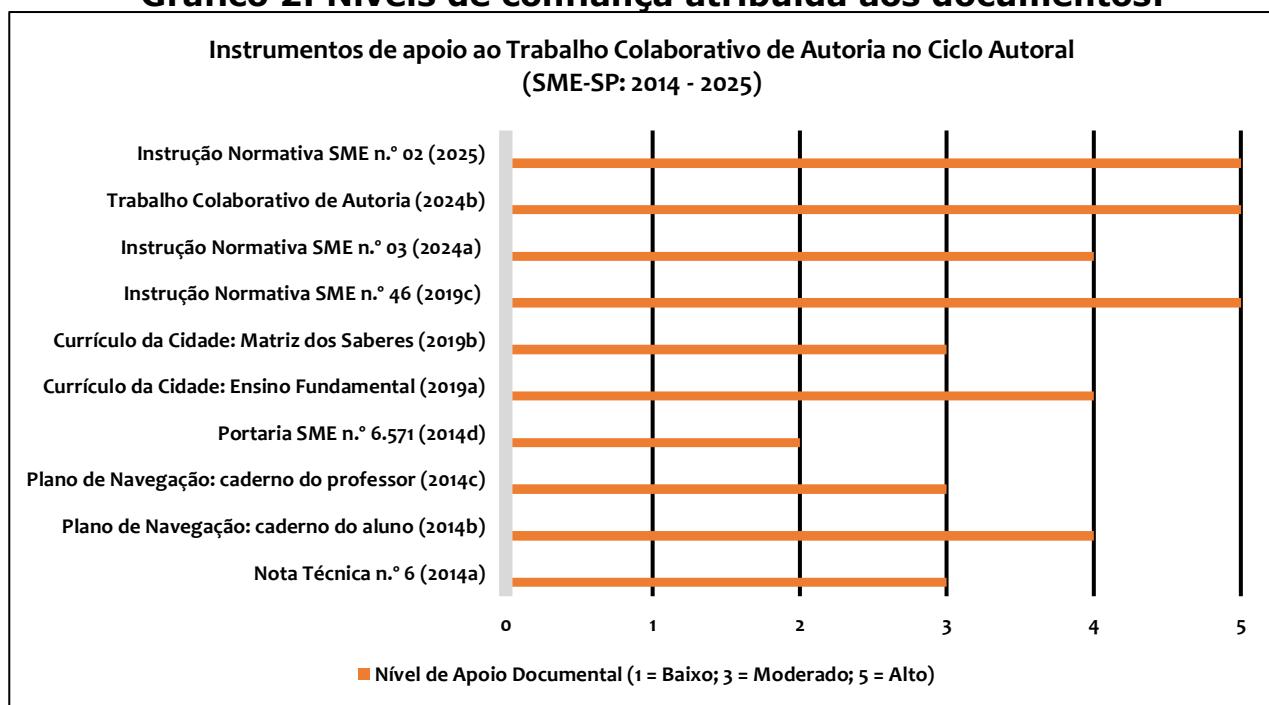
Nesse cenário, a crítica aos documentos evidencia e reforça a urgência de uma concordância entre os distintos marcos regulatórios, condição necessária para a construção de um referencial curricular coeso. Ao mesmo tempo, destaca-



se o papel estratégico do docente como mediador, responsável por traduzir as diretrizes institucionais em práticas pedagógicas consistentes. Assim, o Trabalho Colaborativo de Autoria somente se consolida como experiência formativa efetiva e emancipadora quando ultrapassa o estatuto de prescrição normativa e se materializa em ações educativas significativas. Um processo de mediação social, no qual o sujeito, em interação com o outro e com os instrumentos sociais e culturais, constrói significados, amplia a consciência crítica e transforma a própria realidade (Vygotsky, 2007).

O Gráfico (2) evidencia a variação no nível de confiança atribuído aos diferentes documentos em relação ao suporte dado ao Trabalho Colaborativo de Autoria no Ciclo Autoral. Tal variação sugere distintas percepções quanto à consistência teórica, coerência metodológica e aplicabilidade pedagógica de cada documento, refletindo o modo como as políticas educacionais e os referenciais curriculares são interpretados e operacionalizados no contexto escolar.

Gráfico 2: Níveis de confiança atribuída aos documentos.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A análise dos referenciais revela um padrão interessante. É possível notar uma maior concentração de apoio nos documentos mais recentes, o que era esperado. Entretanto, somente a partir de 2024, 10 anos depois do marco inicial, a proposta tem instrumentos que realmente apontam possíveis trajetórias formativas.

Os instrumentos de maior apoio (nível 5) são, cronologicamente, a Instrução Normativa SME n.º 03 (São Paulo, 2024a), o documento pedagógico Trabalho Colaborativo de Autoria (São Paulo, 2024b) e a Instrução Normativa



SME n.º 02 (São Paulo, 2025). Isso sugere que os instrumentos mais atuais da Secretaria Municipal de Educação (SME-SP) estão mais alinhados e dedicados a promover a proposta. A Instrução Normativa SME n.º 46 (São Paulo, 2019c) também se destaca com nível de apoio 5, mostrando que o tema já era relevante em anos anteriores, mas foi reforçado.

Documentos com Apoio Moderado (nível 3), como o Currículo da Cidade: Matriz dos Saberes (São Paulo, 2019b) e o Plano de Navegação: caderno do professor (São Paulo, 2014c), apresentam um apoio circunspecto. Isso pode indicar que, embora esses documentos abordem o tema, ele não é o foco central ou é tratado de forma secundária.

Quanto aos Documentos com Apoio Baixo (nível 1 e 2) a Moderado (Nível 3 e 4), os instrumentos mais antigos, de 2014 e 2019, como a Portaria SME n.º 6.571 (São Paulo, 2014d), o Currículo da Cidade: Ensino Fundamental (São Paulo, 2019a) e a Nota Técnica n.º 6 (São Paulo, 2014a), mostram um nível de apoio de 2, 4 e 3. Isso pode ser interpretado como um ponto de partida, onde o apoio existia, mas ainda estava em fase de desenvolvimento ou não era tão consolidado quanto nos anos seguintes. O Plano de Navegação: caderno do aluno (São Paulo, 2014b) com nível 4, por exemplo, mostra um bom apoio já naquele período, mas os documentos de 2024 e 2025 o superam.

Em resumo, a análise sugere uma evolução na política educacional da Secretaria Municipal de Educação (SME-SP) em relação ao Trabalho Colaborativo de Autoria no Ciclo Autoral. Os documentos mais recentes refletem uma consolidação e priorização crescente ao tema, indicando que a Rede Municipal de Ensino investe em instrumentos que promovem essa prática de forma mais robusta. No entanto, o desafio agora é garantir que esse apoio se materialize na prática, por meio de recursos, formação de qualidade e uma política educacional mais consistente e de longo prazo.

4.3 Pontos de Reflexão e Críticas

Esse terceiro e último tópico foi subdividido a partir de três recortes temporais, tais como: 2014 – A visão ambiciosa e a realidade; 2019: – A consolidação no papel e os desafios estruturais; e 2024-2025 – Desafios persistentes e a reafirmação contínua; como pode ser observado a seguir.

2014: A visão ambiciosa e a realidade

A introdução do Trabalho Colaborativo de Autoria, marcada pela Nota Técnica n.º 6 do Programa Mais Educação São Paulo (São Paulo, 2014a) e pelo Plano de Navegação do Autor (São Paulo, 2014b; 2014c), propôs uma ruptura com abordagens pedagógicas tradicionais. Embora a teoria fosse ambiciosa – focada em protagonismo estudantil e valorização de saberes contextualizados – os próprios documentos apontavam para desafios fundamentais: a necessidade de superar o “caráter experimental” e as limitações oficiais e administrativas. Essa autoconsciência da fragilidade da proposta levanta um ponto crítico: a



política pública foi lançada com a ciência de que sua consolidação real e sistêmica enfrentaria barreiras significativas. Isso indica que o projeto estava mais no plano da intenção teórico-pedagógica do que em um plano de ação robusto que considerasse a complexidade de uma rede educacional inteira, com todas as suas disparidades e desafios operacionais.

A Portaria SME n.º 6.571 (São Paulo, 2014d) buscou integrar essa nova prática ao currículo, mas a transição de um modelo integrador no papel para uma prática real e sistêmica nas escolas exigia muito mais do que a sua simples inserção formal. Isso revela uma dissociação crítica entre a política educacional e a realidade do espaço escolar. Enquanto a Portaria criava uma base legal, ela não abordava os desafios práticos e estruturais, como a capacitação docente, a disponibilidade de recursos e a resistência a mudanças enraizada em métodos pedagógicos tradicionais. A burocracia, por si só, não muda a cultura escolar; ela somente formaliza a intenção, deixando a complexidade da implementação a serviço das escolas e dos docentes, muitas vezes sem o suporte necessário.

2019: A consolidação no papel e os desafios estruturais

O período de 2019 é apresentado como de consolidação, com o Currículo da Cidade (São Paulo, 2019a) e a Matriz de Saberes (São Paulo, 2019b) solidificando o Ciclo Autoral e as competências do Trabalho Colaborativo de Autoria. No entanto, a consolidação normativa não garante a efetivação prática. A Instrução Normativa SME n.º 46 (São Paulo, 2019c) reforçou a importância dos princípios formativos, mas a própria necessidade de reforço pode indicar que a teoria ainda não havia sido plenamente absorvida pelas práticas docentes. Essa discrepância entre a norma e a realidade evidencia que a transição de uma proposta pedagógica inovadora para a prática diária em uma rede educacional depende não única e exclusivamente de novas regras. Mas, de um investimento contínuo em formação, suporte e diálogo sobre uma realidade que excede a formalização em documentos.

O desafio da efetivação em contextos desiguais ressalta uma lacuna crítica: a dificuldade intrínseca de aplicar e desenvolver um modelo pedagógico uniforme em uma rede educacional heterogênea e com diferentes níveis de recursos e capacitação. Essa incompatibilidade é um obstáculo operacional e falha de planejamento crítico. A proposição de um modelo único ignora a complexidade das realidades escolares. Enquanto algumas instituições podem ter acesso à tecnologia e docentes com formação contínua, outras lidam com salas de aula superlotadas e falta de materiais básicos. A expectativa de que o "mesmo" arquétipo floresça em solo tão diverso é, na prática, uma forma de perpetuar desigualdades e inibir o acesso e a inclusão. A proposta, embora bem-intencionada, pode, ironicamente, aprofundar as disparidades, já que as escolas mais bem equipadas e preparadas conseguem instituir a prática com sucesso, enquanto as mais vulneráveis são deixadas de lado, lutando para cumprir uma diretriz sem o suporte necessário, mas tendo que mostrar resultados.



2024-2025: Desafios persistentes e a reafirmação contínua

As projeções para 2024-2025, com as Instruções Normativas SME n.º 03 (São Paulo, 2024a) e n.º 02 (São Paulo, 2025), demonstram uma intenção de aprofundar a prática e valorizar a articulação entre sujeito, escola e comunidade. Contudo, essa constante reafirmação pode indicar que o Trabalho Colaborativo de Autoria ainda não se tornou uma abordagem inerente e autônoma nas escolas. Se a prática tivesse sido plenamente incorporada e internalizada pelas rotinas docentes e pela cultura escolar, a frequência dessas instruções seria desnecessária. Essa repetição sugere, na verdade, que o Trabalho Colaborativo de Autoria permanece, para muitos, como uma diretriz externa a ser cumprida, e não como uma filosofia pedagógica intrínseca e espontânea. Isso expõe uma falha na transição da teoria para a prática, isto é, a política educacional continua a empurrar tais inovações verticalmente, em vez de permitir que a ascensão aconteça organicamente a partir de suas bases.

O documento Trabalho Colaborativo de Autoria (São Paulo, 2024b), ao descrever a proposta como um facilitador para relacionar todos os componentes curriculares, revela a persistente batalha para que a metodologia se torne verdadeiramente interdisciplinar. O sucesso das novas diretrizes dependerá, criticamente, da capacidade de a rede garantir os recursos pessoais, físicos e digitais e a formação docente adequada, algo que a própria documentação aponta como um desafio a ser superado. Melhor dizendo, a inovação pedagógica, por mais bem-intencionada que seja, pode permanecer no campo da teoria se não for acompanhada, sistematicamente, de investimento substancial e contínuo em infraestrutura e capacitação de docentes. São, em última análise, os agentes que transformarão a política educacional em prática significativa na sala de aula.

Em suma, a evolução do Trabalho Colaborativo de Autoria parece estar em um ciclo contínuo de criação de políticas educacionais ambiciosas que, ao longo do tempo, precisam ser reafirmadas para enfrentar os desafios de seu alicerçamento prático. Essa evolução revela uma dissociação crítica entre a intenção política e a realidade do chão da escola. A constante produção de normativas pode ser vista não como um sinal de avanço, mas de fragilidade para a sua sustentação pedagógica. As políticas educacionais são reformuladas para tentar superar os mesmos desafios — como a falta de recursos, a resistência à mudança e a desigualdade na rede — que já haviam sido identificados no início. O ciclo de lançamento, reforço e ajustes indica que a base para a metodologia ainda não está plenamente estabelecida, transformando o que deveria ser um processo de consolidação em um esforço contínuo para manter a proposta viva no papel, em vez de permitir que ela acenda nas práticas docentes.

5. Considerações finais

A análise dos documentos normativos e pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo entre 2014 e 2025 evidencia que o Trabalho Colaborativo de Autoria no Ciclo Autoral tenta se consolidar como componente central da política educacional municipal, articulando currículo, autoria estudantil e intervenção social. Desde sua introdução na Nota Técnica n.º 6 do Programa



Mais Educação São Paulo (São Paulo, 2014a), a proposta passou por processos de sistematização e ampliação, evidenciando intencionalidade, continuidade e aprofundamento das práticas pedagógicas propostas.

Os documentos analisados demonstram que o Trabalho Colaborativo de Autoria evoluiu, não como se esperava, de uma proposta inovadora e pontual para uma prática estruturante e interdisciplinar, orientada pelo protagonismo estudantil, pela reflexão crítica e pela articulação entre território e comunidade. Os documentos mais recentes reforçam a dimensão inclusiva, emancipadora e cidadã da proposta, confortando parcialmente sujeito, escola e sociedade, consolidando a proposta como estratégia de formação, mas ainda distante da perspectiva de desenvolvimento integral, que pode integrar competências cognitivas, afetivas, sociais e culturais.

Conclui-se que, embora os documentos normativos e pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo forneçam uma base teórica aparentemente sólida para a proposta do Trabalho Colaborativo de Autoria, sua implementação enfrenta desafios práticos e teóricos. Os principais obstáculos incluem a garantia da articulação entre a teoria e a prática pedagógica, a efetiva interdisciplinaridade, a formação docente específica, o suporte pessoal e material e o desenvolvimento do protagonismo estudantil em um cenário de desigualdade social.

Assim, o presente estudo contribui para a compreensão da trajetória normativo-pedagógica, iluminando o Trabalho Colaborativo de Autoria no Ciclo Autoral como um instrumento formativo para as projeções vitais, fornecendo subsídios para o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas e para futuras pesquisas na rede municipal de ensino.

REFERÊNCIAS

- BORGES, Bruno Gonçalves; SILVA, Sérgio Pereira da. Avaliação, exames e poderes: a "docimologia" a partir de algumas contribuições de Foucault de Nietzsche. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 31, n. 62, p. 669–693, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v31n62a2017-p669a694>. Acesso em: 27 ago. 2025.
- CELLARD, André. A análise documental. In: **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2014.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 74. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2019.
- LÜDKE, Hermengarda Alves; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **A pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2022.
- SÃO PAULO. **Programa Mais Educação São Paulo:** subsídios para a implantação. São Paulo: SME, 2014a. Disponível em:



<https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wpcontent/uploads/Portals/1/Files/7104.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2025.

SÃO PAULO. Plano de navegação do Autor: caderno do aluno. São Paulo: SME, 2014b. Disponível em:
https://drive.google.com/file/d/1S0uXh23jD7BWgZinsrnzMVaFRHubzzUs/view?usp=drive_link. Acesso em: 19 ago. 2025.

SÃO PAULO. Plano de navegação do Autor: caderno do professor. São Paulo: SME, 2014c. Disponível em:
https://www.sinesp.org.br/images/5__PLANO_DE_NAVEGACAO_DO_AUTOR_PROFESSOR.pdf. Acesso em: 23 ago. 2025.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. Portaria n.º 6.571, de 25 de novembro de 2014. São Paulo, SP, 2014d. Disponível em:
<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-de-educacao-6571-de-26-de-novembro-de-2014/detalhe>. Acesso em: 02 set. 2025.

SÃO PAULO. Currículo da Cidade: Ensino Fundamental. São Paulo: SME, 2019a. Disponível em:
<https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/acervo/curriculo-da-cidade-ensino-fundamental-lingua-portuguesa/>. Acesso em: 05 set. 2025.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. Instrução Normativa n.º 46, de 12 de dezembro de 2019. São Paulo, SP, 2019b. Disponível em:
<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/instrucao-normativa-secretaria-municipal-de-educacao-sme-46-de-12-de-dezembro-de-2019/detalhe>. Acesso em: 09 set. 2025.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. Instrução Normativa n.º 42, de 07 de dezembro de 2022. São Paulo, SP, 2022. Disponível em:
<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/instrucao-normativa-secretaria-municipal-de-educacao-sme-42-de-7-de-dezembro-de-2022>. Acesso em: 23 set. 2025.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. Instrução Normativa n.º 03, de 19 de janeiro de 2024. São Paulo, SP, 2024a. Disponível em:
<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/instrucao-normativa-secretaria-municipal-de-educacao-sme-3-de-19-de-janeiro-de-2024>. Acesso em: 11 set. 2025.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. Trabalho Colaborativo de Autoria. São Paulo, SP, 2024b. Disponível em:
<https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/ensino-fundamental/trabalho-colaborativo-de-autoria/>. Acesso em: 15 set. 2025.



SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. **Instrução Normativa n.º 02, de 30 de janeiro de 2025.** São Paulo, SP, 2025. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/instrucao-normativa-secretaria-municipal-de-educacao-sme-2-de-30-de-janeiro-de-2025>. Acesso em: 21 set. 2025.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Recebido em: 29 de setembro de 2025.

Aceito em: 27 de outubro de 2025.

Publicado em: 05 de janeiro de 2026.

